

## OS JAPONESES E A TEICULTURA NO MUNICÍPIO DE REGISTRO: A PAISAGEM COMO RESULTADO DE UM PROCESSO MIGRATÓRIO

*JAPANESE AND THE PLANTATION OF TEA IN THE REGISTRO CITY, SÃO PAULO STATE (BRAZIL): THE LANDSCAPE AS A RESULT OF A MIGRATION PROCESS*

**Alessandro Aoki**

Geógrafo (UEM). Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

**Maria das Graças de Lima**

Geógrafa (UEL). Doutora em Geografia Humana (USP). Professora Adjunta da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

---

**RESUMO:** A imigração japonesa no Brasil foi responsável pela introdução de uma nova cultura, cuja identidade será cristalizada, à medida que as relações sociais vão se aprofundando, por meio da vivência em grupos, sejam da mesma etnia ou não. Dessa forma, a preocupação foi de retratar o modo de vida do imigrante japonês, do passado ao presente, numa relação que levará em conta o trabalho e cultura de um grupo de etnia oriental. Trata-se de contextualizar as relações que envolvem a colônia japonesa e a teicultura, técnica agrícola empregada no cultivo do chá no município de Registro. Essa relação remete à formação de uma identidade cultural firmada nos princípios da organização do trabalho do imigrante japonês ao longo de quase cem anos de colonização, a ser completada no ano de 2012. Portanto, visou caracterizar todo o processo da construção da paisagem numa escala de espaço e tempo, entre o passado e o presente, representados pela memória dos descendentes dessa cultura oriental que contribuíram com lembranças de um passado recente.

**Palavras-chave:** colônia japonesa; teicultura; município de Registro; construção da paisagem.

**ABSTRACT:** *The Japanese immigration to Brazil was responsible for introducing a new culture, whose identity is crystallized, the extent to which social relations will be deepened, by living in groups, are of the same ethnicity or not. Thus, the concern was to portray the lifestyle of the Japanese immigrant, from past to present, in a relationship that takes into account the work and culture of an ethnic group is oriental. It is to context relations involving the Japanese colony and teicultura, agricultural technique employed in the cultivation of tea in the county of registration. This relationship leads to the formation of a cultural identity grounded in the principles of organizing the work of Japanese immigrant over nearly one hundred years of colonization, to be completed in 2012. Therefore aimed to characterize the whole process of construction of the landscape on a scale of space and time, between past and present, represented by the memory of the descendants of Eastern culture who contributed memories of yesteryear.*

**Keywords:** *japanese colony; teicultura; municipality of Registro; landscape construction.*

---

## INTRODUÇÃO

A ocupação japonesa no território brasileiro se deu a partir de 1908, de forma bastante conturbada, num momento em que o país tinha a pouco saído de um regime de escravidão, e que os fazendeiros ainda não estavam adaptados ao novo sistema, regido pelo trabalho assalariado. Esse fato foi determinante para que surgissem problemas futuros com relação ao tratamento dos empregados no trabalho, primeiro foram os italianos e, posteriormente, os japoneses, que diante das situações precárias impostas pelos empregadores, como maus tratos e pagamentos injustos, acabaram por tornar o ambiente hostil e desprezado pelos imigrantes, culminando em fugas e abandono de trabalho.

Após a tentativa da primeira imigração, que foi considerada fracassada pelo governo japonês, outras frentes apenas surgirão dois anos depois, porém, bastante incipiente, apenas pequenos focos, sendo pouco significativo. No entanto, só a partir de 1912, com um planejamento elaborado pelo governo japonês em parceria com uma empresa privada denominada “Brasil Takushoku Kaisha”, é que ocorreram novas frentes de imigração. Essas tinham outros objetivos, entre os quais se destaca a permanência de residência no Brasil, com a colonização, diferentemente da anterior que o objetivo era apenas de acumular capital e retornar a terra natal.

Essa colonização, estabelecida a partir de acordos diplomáticos entre Brasil e Japão, objetivava amenizar os impactos gerados pela economia japonesa, como o desemprego, causa da superpopulação que se concentrava nos centros urbanos. Dessa forma, o governo japonês permitiu e incentivou o envio de parte de sua população em busca de novas oportunidades de trabalho e conseqüentemente, melhoria de vida; além de contribuir ainda para o povoamento de áreas no território brasileiro com baixa densidade populacional.

O município de Registro destaca-se como sendo a primeira colônia japonesa fundada no Brasil, que sob a tutela do governo japonês obteve êxito no povoamento. Diferente da imigração de 1908, a colonização de Registro foi planejada e gerenciada pela “Companhia Ultramarina de Empreendimentos S/A”, a “K.K.K.K.” (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha) que forneceu todo o amparo necessário para que os imigrantes se adaptassem ao novo lar. Os conhecimentos dos japoneses acerca da agricultura contribuíram para o rápido desenvolvimento da lavoura brasileira, fato que gerou uma economia voltada exclusivamente para produtos agrícolas.

Segundo Petrone (1966, p. 160), “De um modo geral, o fato econômico mais significativo resultante dessa colonização foi o desenvolvimento das lavouras de chá, hoje uma das mais importantes de toda a baixada e um dos seus produtos de exportação”. A análise do autor, realizada por volta dos anos de 1960, no livro “A Baixada do Ribeira: estudo de Geografia Humana”, já evidenciava o trabalho do imigrante japonês, destacado o chá como a força motriz da agricultura desenvolvida na Baixada do Ribeira.

Este município torna-se destaque em âmbito regional e nacional nas atividades agrícolas ligadas ao cultivo do chá.

Dada sua importância, foi realizada uma leitura a partir das relações dos japoneses com a Teicultura, caracterizando os aspectos socioculturais, responsáveis pelas transformações na paisagem de Registro.

O estudo se concentrou nos bairros rurais, pois se entende que a contextualização histórica, econômica e cultural de um processo de ocupação originado por meio das emigrações de japoneses foi determinante para a atual configuração espacial.

Portanto, a relação estabelecida com a terra pelo migrante japonês, por meio do cultivo do chá e das manifestações culturais resulta do processo de colonização do município de Registro.

## **BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA PAISAGEM NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS**

O termo paisagem sempre esteve presente na Geografia. São inúmeras as definições e os usos, tanto na área física como na área humana. Inicialmente ele compusera o corpo teórico da Geografia Alemã, mas ao longo dos anos sofreu modificações e diferentes interpretações.

A Geografia Alemã, liderada por Friedrich Ratzel (1844-1904), trouxe fundamentos focando aspectos culturais na elaboração da paisagem, assinalando a importância do papel da natureza sobre as civilizações.

Segundo Claval (1995), Ratzel deixa claro o aspecto determinista em suas obras, afirmando a influência da natureza sobre o homem. E esse aspecto determinista trouxe a Geografia Humana, estudos envolvendo os fenômenos migratórios que, para Ratzel, tal fenômeno ocorria em função das condições físicas do meio ambiente, o que determinaria maior ou menor desenvolvimento das sociedades em função das técnicas empregadas no meio. A cultura então surge como uma consequência direta desse desenvolvimento, envolvendo materiais e técnicas, que resultaria na formação da paisagem.

Essa visão de Ratzel será contestada pelo francês Vidal de La Blache (1845-1918), que explicaria os aspectos culturais por meio do “possibilismo”, afirmando que as ações desempenhadas pelo homem no meio são passíveis de adaptação e modificação.

A visão de La Blache para Monbeig era a seguinte:

[...] O homem, que, com seus utensílios, a inteligência que lhe guia as mãos, é capaz de transformar a tal ponto o meio natural que, aquilo que tomamos atualmente por uma paisagem obra da natureza, não é senão o cenário construído por ele. Tornava-se cada dia mais evidente que a ação geográfica dos homens se exercia como se exerce o talento do arquiteto urbanista, que transforma o ingrato arrabalde industrial urbano em uma seqüência de parques verdejantes, como o arquiteto desenhista de jardins cria uma paisagem amável no lugar onde se erguia uma floresta frondosa. A ação dos homens sobre a paisagem natural foi então comparada á de jardineiro de tal modo familiarizado com o espetáculo que tem sob os olhos que chega a esquecer do quadro natural (MONBEIG, 1940, p. 236-237).

La Blache cria o conceito de gênero de vida, para explicar todas as relações que envolvem os valores materiais e imateriais, na interação sociedade e a natureza.

Portanto, pode-se dizer que as diferentes paisagens é resultado direto dos contrastes que envolvem as organizações humanas, dada pelas ações expressas no meio. E que para se compreender as diferenças em cada paisagem, é preciso analisar pelo viés dos gêneros de vida, as interações entre os elementos naturais e humanos, extraindo desse dualismo as especificidades que as caracterizam.

É a partir dessas escolas francesas e alemãs que surgem as primeiras definições de cultura na geografia, sendo esse um elemento que estaria contido nas relações entre a sociedade e a natureza, e tal desenvolvimento ao longo do tempo, culminaria na formação da paisagem.

Os estudos geográficos em torno do conceito de paisagem terão novamente o destaque na geografia com o norte americano Carl Sauer (1889-1975), que foi responsável pela nova abordagem nesse conceito. Foi fundador da Escola de Berkeley, realizou estudos com a população indígena dos EUA e com as civilizações pré-colombianas do México.

Sauer trouxe uma nova tendência na elaboração das paisagens, recorrendo à cultura como agente modificador da natureza, no qual ele chama de morfologia da paisagem, que seria o meio já alterado pelas manifestações humanas.

Segundo Sauer (1998, p. 43):

[...] As ações do homem se expressam por si mesmas na paisagem cultural. Pode haver uma sucessão dessas paisagens com uma sucessão de culturas. Elas se derivam em cada caso da paisagem natural, como homem expressando seu lugar na natureza como um agente distinto de modificação.

Sauer ainda destacava o conceito de paisagem como uma identidade, e enquanto valor geográfico possui particularidades que as diferenciavam de outras que, no entanto, não fogem do plano das interações e relações com outras paisagens.

A paisagem é construída a partir de uma bagagem histórica, carregada de memória; e são valorizadas por meio de imagens, identificadas pelo grupo. A flor do chá é identificada pelo grupo interno (Registro) e pelo grupo externo (mercado interno e externo).

A inserção do imigrante japonês no Brasil se deu pelas condições físicas do local escolhido; pois, as condições dos solos alagadiços da Baixada do Ribeira propiciaram o cultivo do arroz, onde foram utilizadas as mesmas técnicas empregadas no Japão. A partir disso, houve o desenvolvimento cultural de um determinado grupo étnico, que com o passar dos anos se consolidou na terra e implantou novos cultivos, como do chá, principal atividade comercial durante décadas; sendo responsável por consolidar uma identidade cultural

japonesa no Brasil. O povoamento nipônico mostra as transformações graduais no ambiente por meio do modo de vida que levavam. Eles não seguiam, sempre, os moldes da terra natal.

Portanto, pode se dizer que é através dos elementos contidos na natureza que se criam condições favoráveis para o desenvolvimento de uma paisagem cultural, uma vez que, a ação do homem é circunscrita no limiar do tempo, num histórico repleto de significados materiais e imateriais. Sofre sucessivas transformações, seja tanto por adição ou subtração de valores culturais que podem ocorrer nas futuras gerações. Dessa forma, as diferentes paisagens, representam os vários momentos vividos pelo grupo, que asseguram e garantem a ostentação do mesmo ao longo do tempo, Claval (1995). Contudo, pode-se afirmar que a colonização japonesa na região do Vale do Ribeira, principalmente no município de Registro, foram determinantes na criação de um ambiente único e particular ao grupo, mas ao mesmo tempo, integrante aos demais, evidenciado nas relações sociais, como o trabalho e atividades de lazer e entretenimento. Pode-se dizer que esse grupo criou uma identidade própria, pois, construiu seu espaço a luz das interações com o meio, que por sua vez, refletia condições semelhantes da terra de onde viera.

## **CARACTERIZAÇÃO DO NÚCLEO JAPONÊS EM REGISTRO**

Para se chegar à colonização de Registro, é preciso entender os núcleos de colonização anteriores ocorridos na região do Vale do Ribeira. A partir de 1913, o Sindicato de Tóquio torna-se a “Brasil Takushoku Kabushiki Kaisha” (Companhia de Colonização do Brasil S/A), dando início às ações de colonização no Vale do Ribeira.

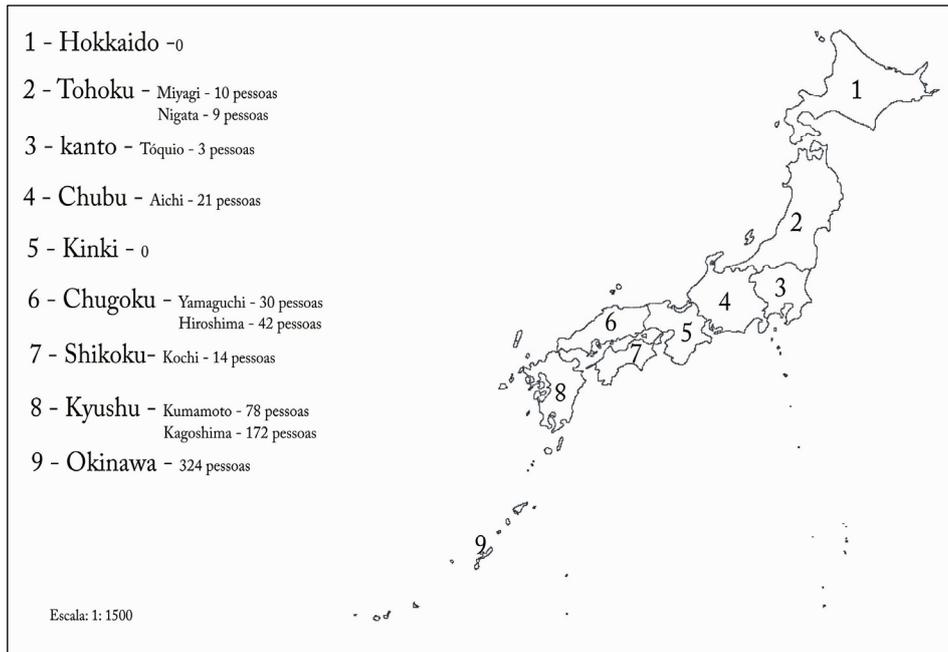
O município de Iguape foi onde se iniciou a colonização japonesa. Era uma área escolhida pelo representante japonês, devido ao potencial do uso do solo que permitiria a introdução do cultivo do arroz, prática agrícola que os japoneses já compreendiam. Esse representante alertou o governo japonês, que por sua vez, negociou com o governo paulista, firmando um acordo, no qual seria beneficiado com uma porção de terras para povoamento.

Petrone descreve o acordo firmado:

[...] A companhia japonesa recebeu, por esse contrato, as seguintes vantagens: 1. Concessão de 50.000 hectares de terras devolutas na zona do Ribeira, a fim de criar uma área de colonização com elementos japoneses; 2. isenção de impostos durante cinco anos; 3. Recebimento da quantia de 10 contos de réis por grupo de 50 famílias instaladas na área de colonização, desde que aí residissem há um ano, tivessem pago a primeira prestação do lote, cultivadas as primeiras parcelas de solo e erguido a casa. Em compensação a Companhia japonesa deveria, no prazo de 4 anos, introduzir 2.000 famílias e localizá-las nas terras da Colônia que deveriam ser divididas em lotes com 25 hectares cada um (PETRONE, 1966, p. 153).

As relações entre os dois países pareciam consolidadas; a formação da primeira colônia japonesa, planejada, organizada e tutelada por essa companhia colonizadora parecia mais estruturada: nascia o núcleo Katsura.

As famílias fizeram a viagem em várias etapas (**figura 1**). Depois de chegar ao porto de Santos, eram 20 horas de barco pelo mar até chegar ao porto de Iguape, de onde seguia em embarcações menores rio Ribeira acima, rumo ao núcleo Katsura. Handa (1987).



**Figura 1** - Localização das regiões e províncias do Japão com indicação do fluxo de emigrantes.

O núcleo Katsura, nome dado em homenagem a um de seus fundadores, passou a abrigar as primeiras famílias, cerca de 30, número mínimo exigido para iniciar a colonização. (HANDA, 1987).

Quando os japoneses chegaram ao município de Iguape, se depararam com uma imensa terra ainda em fase de estruturação, fato que deixou muitos frustrados. Segundo Coelho, os imigrantes japoneses:

[...] Sonhavam com o enriquecimento rápido e o retorno ao Japão em quatro ou cinco anos. Muitos acreditavam que encontrariam ouro e pedras preciosas cascalhando as estradas. Fortuna rápida e sem muito esforço. Não foi bem assim. Logo que chegaram, perceberam que o projeto ainda estava cru. Não tinham onde ficar. Foram abrigados numa colônia improvisada, no bairro de Jipovura, à margem do rio Ribeira (COELHO, 1988, p. 30).

Inicia-se o trabalho voltado ao cultivo do arroz, uma vez que as condições do lugar permitiam tal atividade nas grandes áreas de várzeas do rio Ribeira de Iguape. Era uma atividade em que o imigrante já possuía familiaridade, o que contribuiu de certa forma para sua permanência; além do mais, muitos compraram propriedades, fazendo com que se distanciassem cada vez mais do objetivo inicial que era de retorno rápido ao país de origem.

As condições de moradia dos imigrantes em Katsura eram precárias, de improviso. As casas foram construídas com os recursos naturais disponíveis na região: palha e madeira e barro. (**figura 2**).



**Figura 2** - Japoneses em trabalho na colônia de Iguape.  
Fonte: Fortes (2007).

A partir de 1918, a “Brasil Takushoku Kabushiki Kaisha” é incorporada pela Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Companhia Ultramarina de Empreendimentos S/A), a chamada “K.K.K.K.”, que será responsável pela organização dos imigrantes que vieram depois, não só para a colônia Katsura, mas também para Sete Barras e Registro, colônias formadas posteriormente.

Daí em diante, toda a colonização japonesa no Vale do Ribeira foi de inteira responsabilidade dessa companhia. (PETRONE, 1966).

Ainda cabe ressaltar que a “K.K.K.K.” assumia o caráter de empresa, e seu objetivo maior era ir além da emigração. Pretendia instalar-se no Brasil como empresa capitalista, aproveitando a quantidade de terras de que dispõe o país, para implantar-se no ramo de criação de colônias. (SAKURAI, 2000). As atividades dessa companhia irão se concentrar na colônia de Registro.

A “K.K.K.K.” escolheu o município de Registro como sua sede administrativa por razões estratégicas. O local oferecia condições naturais favoráveis para a navegação no rio Ribeira de Iguape. Dessa forma, construíram um porto fluvial e um conjunto de galpões, que incluía a maior fábrica de beneficiamento de arroz da América Latina. (HANDA, 1987).

A Companhia comercializava os lotes rurais e a produção gerada pelas famílias em sua propriedade; prestava ainda assistência médica e profissional. Segundo Petrone:

[...] Kaigai orientou a colonização de forma a mais completa possível. Além de responsável pelo loteamento das terras, introduziu famílias de agricultores e promoveu a distribuição de lotes por venda. Prestou assistência contínua aos colonos nos primeiros anos de sua estada na região, preocupando-se para que encontrassem condições de trabalho satisfatórias no novo ambiente e, também, para que a eventual produção das colônias pudesse encontrar escoamento e mercados (PETRONE, 1966, p. 156).

Além da realização dos loteamentos e da assistência ao trabalho e a saúde dos imigrantes, outros benefícios também serão realizados ao longo do tempo, como a abertura de caminhos vicinais ligando as colônias, e as estradas que interligariam cidades, sendo a mais importante de 34 quilômetros de extensão, ligando Registro a Juquiá, sem contar as estradas entre as colônias e o porto de Registro.

Com esta organização conseguiu-se fixar muitas famílias, cumprindo o plano previsto pelo governo japonês.

De fato o plano da companhia deu certo, o que permitiu a continuidade do fluxo de imigração, e foi em meados dos anos de 1920 que aconteceram os fluxos maiores e de caráter permanente.

A propaganda difundida em forma de cartazes no Japão (**figura 3**) para recrutamento de pessoas para trabalhar no Brasil durante a década de 1920 foi devido à concretização da formação da colônia japonesa em Registro, a mais significativa dentre as demais (Iguape e Sete Barras). Essa estratégia, adotada pelo governo japonês, obteve o sucesso esperado, pois conseguiu desafogar o fluxo de pessoas no país e garantir que a população de migrantes pudessem obter melhores condições de vida.

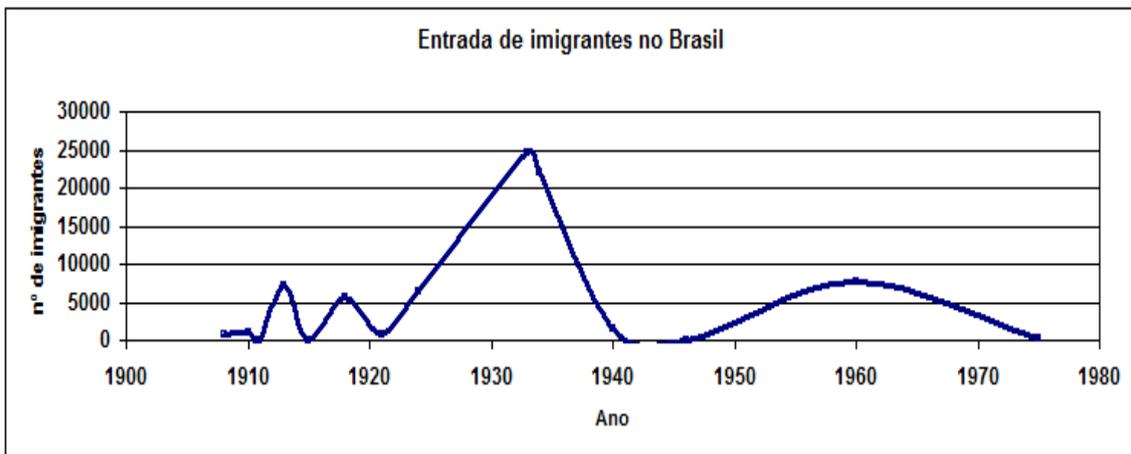
O período que vai de 1924 a 1941 concentra os elementos mais significativos da imigração japonesa. Nessa época, chegaram mais da metade de todos os japoneses que vieram para o Brasil (SAKURAI, 2000, p. 219). A citação corresponde aos 90 anos da imigração japonesa no Brasil, comemorado em 2000.

A rapidez com que a companhia povoou aquela porção de terras, concedida pelo governo de São Paulo, refletia o interesse em acumular riquezas por meio desse empreendimento denominado colonização.



**Figura 3** - Cartaz afixado no Japão com os dizeres “Vamos para a América do Sul com toda a família”. Fonte: Penna (2007)

Num breve balanço sobre as frentes de migrações japonesas no Brasil, verificam-se muitas oscilações. O gráfico da **figura 4** apresenta a intensidade dos fluxos migratórios japoneses para o Brasil, ao longo do século XX (1900-1980).



**Figura 4** - Fluxo de imigrantes japoneses no Brasil. Fonte: Adaptado do Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileiro, 1986.

O ano de 1908 representa a primeira entrada de imigrantes japoneses no Brasil, correspondendo a 830 pessoas. Em 1909 por causa dos problemas encontrados pelos imigrantes japoneses nas fazendas de café, que levou à fuga e ao abandono do trabalho, praticamente não houve emigração.

A partir de 1910, as imigrações recomeçam, e 948 famílias desembarcaram no Brasil. A partir da década de 1920 e 1930 é que o Brasil terá grande fluxo de japoneses, chegando a quase 25 mil em 1933. Tal fato está relacionado ao sucesso das novas políticas de colonização desenvolvidas pelo governo japonês e por colonizadoras particulares.

Já os fluxos de imigrantes que se deslocavam para o Vale do Ribeira, contrariavam as épocas de maiores fluxos dos japoneses para o Brasil. Esse fato é justificado por dois motivos: o primeiro era pelo comprometimento das atividades agrícolas desenvolvidas na região, principalmente das lavouras do arroz e café, que resultavam em safras de baixa produção. E o segundo, talvez o mais decisivo, ocorreu durante a década de 1940, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, no qual o Japão viria a compor um eixo de países inimigos. Dessa forma, com a repercussão da notícia no Brasil, muitos imigrantes ficaram preocupados em sofrer represálias tanto do governo como da sociedade. Além do mais, a colônia de Registro era a mais significativa em termos de concentração de japoneses, e diante a situação problemática que enfrentava, viram-se obrigados a dispersar para outras localidades.

#### Segundo Petrone:

[...] Durante o período correspondente aos anos da última guerra mundial (1939-1945) o afluxo de novas famílias, como seria de esperar em consequência da interrupção da circulação marítima, cessou por completo. Por outro lado, nos últimos anos, dado o estado de beligerância que se criou entre o Brasil e os países do eixo, inclusive Japão, as áreas de concentração dos súditos do país inimigo sofreram uma vigilância especial por parte dos poderes públicos. As colônias da Baixada, pela posição geográfica em que se encontravam, justificaram uma intervenção mais energética por parte dos referidos poderes, de modo que, entre outras decorrências, tivemos a saída, mais ou menos forçada, de elevado número de famílias de japoneses para o planalto. Embora se tenham verificado alguns retornos, com a normalização da situação, o contingente de colonos japoneses ficou bastante reduzido (PETRONE, 1966, p. 159).

Essas dificuldades estimularam a saída de parte dos imigrantes japoneses da área rural em direção às cidades, outros estados, e até mesmo outras regiões, sempre buscando melhores condições de trabalho.

Portanto, a saída de parte dos japoneses no Vale do Ribeira, levou essa cultura para outras regiões do Brasil, haja vista que eram considerados excelentes agricultores; no entanto, o número de japoneses continuaria sendo o maior contingente étnico da região, conforme dados demográficos de 1950 (**quadro 1**). É importante destacar que Registro já era reconhecido como município desde 1944.

Municípios	Branco	Preto	Pardo	Amarelo
Cananéia	6,3%	3,1%	63,2%	-
Iguape	23,2%	16,4%	-	5,3%
Jacupiranga	23,2%	13,8%	-	1,9%
Eldorado	13,4%	28,8%	30,9%	-
Juquiá	9,6%	5,7%	-	16,2%
Registro	23,8%	32,0%	1,1%	76,0%

**Quadro 1** - Grupos étnicos que ocuparam a baixada do Ribeira, em 1950. Fonte: Adaptado de Petrone (1966 p. 56).

Conforme o **quadro 1** demonstra, e de modo geral, os brancos se concentravam em Registro (23,8%), Iguape (23,2%) e Jacupiranga (23,2%); os negros se concentravam, em sua maioria, em Registro (32,0%) e Eldorado (28,8%); os pardos se concentravam em Cananéia (63,2%) e por fim, os japoneses se concentravam em Registro (76,0%). Os dados apontando o número de japoneses em Registro são reflexos da colonização que de certa forma obteve êxito, pois os imigrantes acabaram se fixando a terra.

É neste contexto que os japoneses passam a transformar o espaço geográfico de Registro: intensificam a produção agrícola, transformando essa região, que convivia com remanescentes de Quilombos, Caiçaras e Indígenas. Esse envolvimento com a produção da terra fortaleceu o vínculo étnico desses imigrantes com a terra que a princípio não queriam permanecer.

A organização dos imigrantes japoneses se dará a partir do estabelecimento no Vale do Ribeira como proprietários rurais, localizados nos bairros rurais.

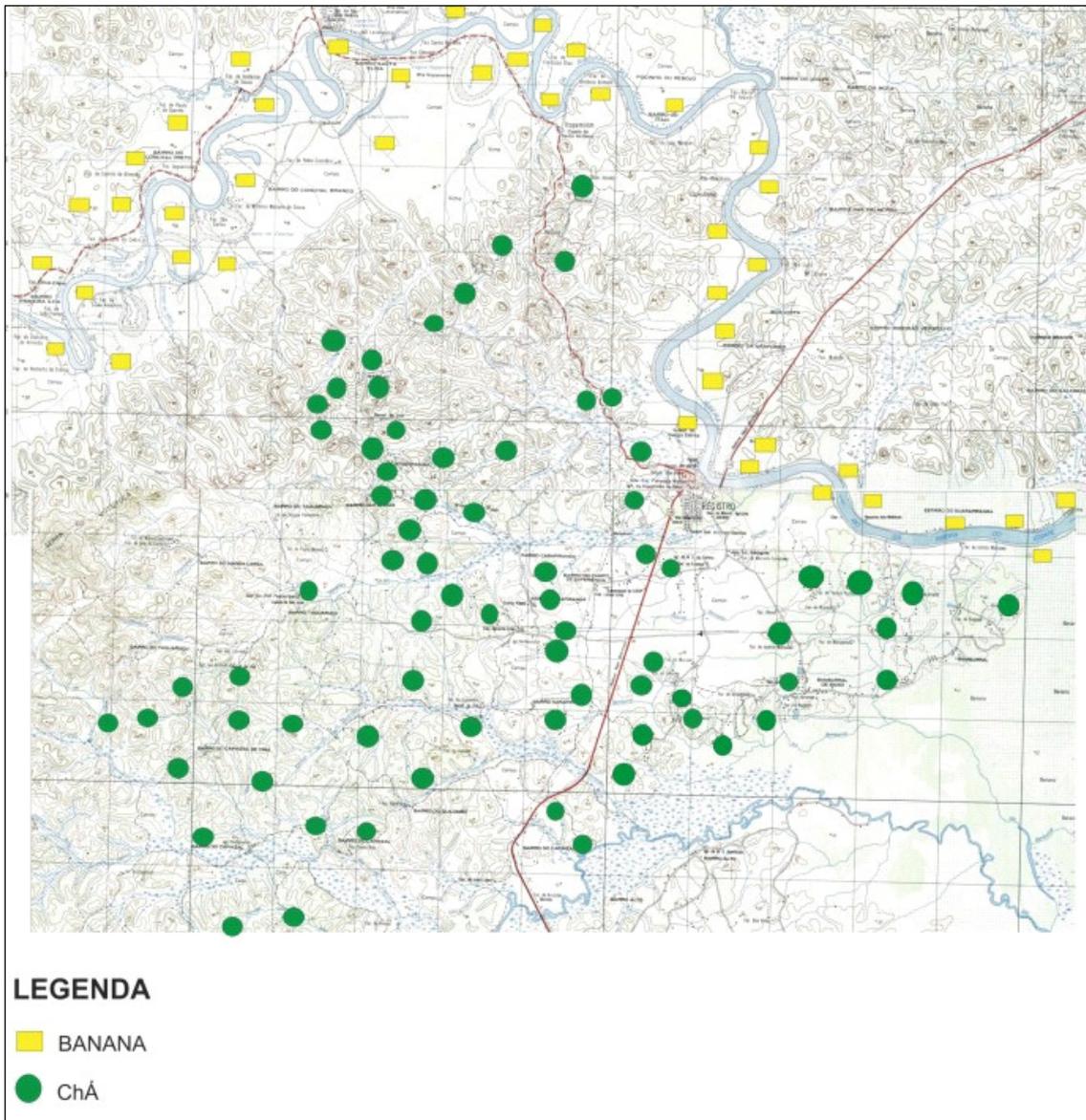
A fixação do imigrante japonês, bem como as atividades desenvolvidas, marcou desde o primeiro momento a caracterização da paisagem que vai transformando a paisagem natural do Vale do Ribeira num rol de sucessivas e gradativas transformações.

Embora isso não estivesse posto inicialmente, é fato que, com as economias trazidas do Japão, a finalidade era permanecer no Brasil por tempo indeterminado. Com esse valor adquiriram-se terras da Companhia; lotes fracionados em dez alqueires, algo em torno de 24,2 hectares, iniciando o processo de povoamento na região (PETRONE, 1966).

Observa-se que o mapa elaborado pela “K.K.K.K.” (**figura 5**), contém além das divisões dos lotes rurais, pontos indicando a infraestrutura construída para atender aos imigrantes recém-chegados. E a legenda que se encontra em japonês no canto inferior direito do mapa traz as seguintes traduções: Porto, Cooperativa Agrícola, Farmácia, Grupos Escolares e Escola Agrícola. Percebe-se que a empresa teve a preocupação de oferecer condições favoráveis à permanência dos imigrantes.



a permanência definitiva dos imigrantes, que se dedicaram exclusivamente às culturas agrícolas.



**Figura 6** - Localização das culturas agrícolas na área de colonização japonesa. Fonte: IBGE, Mapas das divisões regionais do Brasil.

Analisando a figura acima, observa-se uma paisagem agrícola representada pela cultura do chá, que por sua vez, é predominante, seguido do cultivo da banana, também com bastante expressividade na região.

O destaque nessas relações envolvendo os mapas está relacionado à atividade rural, que permaneceu numa constante, principalmente quando se relaciona ao cultivo do chá.

As relações estabelecidas a partir da introdução do cultivo do chá, a partir de 1930, trouxeram um rol de manifestações sociais, culturais e econômicas, que foram responsáveis pela caracterização atual da paisagem rural e urbana de Registro.

Contudo, a organização dos japoneses e as experiências com a terra, foram determinantes para essa configuração espacial. Já dizia Petrone (1966), que os japoneses foram o contingente que obtiveram melhores resultados se comparados a outros núcleos de colonização estrangeira.

## **A RELAÇÃO DOS JAPONESES COM A TEICULTURA: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE**

O chá despontará como força motriz da economia brasileira entre os anos de 1930 a 1990, período que consagrou o Vale do Ribeira no cenário agrícola nacional.

Em síntese, o chá representará a economia que estruturou a comunidade japonesa do Vale do Ribeira. As produções agrícolas que ocorreram anteriormente nunca se firmaram, ficando à deriva do mercado interno brasileiro.

O imigrante japonês Torazo Okamoto é considerado o pioneiro do chá em Registro; iniciou a plantação das primeiras sementes de chá do município sendo à base de apoio para a expansão do cultivo no município de Registro e região (**figura 7**).

O avanço do chá em Registro teve seu êxito graças às cooperações iniciais entre os teicultores, aos experimentos, e à administração da companhia colonizadora japonesa, que disponibilizava suporte técnico para os agricultores.

Segundo Tsukamoto:

[...] Note-se que o empenho dos japoneses na aquisição de maiores conhecimentos para a produção do chá preto foi muito grande, pois, segundo depoimentos de um pioneiro, um dos produtores ao receber livros e manuais sobre essa cultura, solicitados ao consulado japonês, chegou a imprimir cópias mimeografadas para a sua divulgação entre os interessados. Era ainda para eles uma cultura desconhecida e necessitava de maiores informações a respeito (TSUKAMOTO, 1994, p. 35).

Nesta etapa já havia acontecido aquilo que é consequência de um processo de colonização que buscava a exploração: a assimilação de aspectos da cultura local. O chá implementará na região, novas dinâmicas territoriais e novas expressões culturais.

As maiorias dos produtores constituíam uma cadeia de pequenos proprietários de terra. Havia adquirido cada um, apenas um lote de dez alqueires vendido pela

Companhia. A única exceção era a fazenda de Okamoto que constituía 50 alqueires, apenas em plantio de chá. (PETRONE, 1966).



Figura 3 – Propriedade do sr. Torazo Okamoto, em que se vêem a lavoura de café e sua moradia nos primeiros anos da imigração para Registro. No alto, à esquerda, observa-se o lago incidente. Szejiro Yasunaka. Fotografia impressa, em ÁLBUM, 1933. Acervo de Celso Ohno, São Paulo.

**Figura 7 - Fazenda de Chá de Torazo Okamoto em 1934. Fonte: Golçalvez (blog de).**

A teicultura começou a ser desenvolvida experimentalmente em 1918, mas só a partir de 1940 é que irá de fato repercutir em âmbito nacional e em 1960, em âmbito mundial, com as exportações.

Nesta conjuntura, os japoneses buscaram por técnicas e equipamentos necessários para a produção do chá, visando à entrada no mercado, uma vez que este já demonstrava interesse, assim como o exterior.

A teicultura passou a dominar o quadro agrário do Vale do Ribeira. A paisagem rural, antes composta de lavouras temporárias, (arroz, banana) e permanentes (café), foi praticamente dizimada com a entrada do chá, que visualmente representava um extenso tapete verde que se perdia pelas colinas.

Inicia-se então uma produção do chá em larga escala, destinada ao mercado interno com grande expressão. Diversas fábricas e cooperativas de beneficiamento de chá surgirão na Baixada do Ribeira.

O cenário agrícola no município de Registro chega a 1970 dominado pela teicultura, que assumia o posto de primeira colocada na economia do Vale do Ribeira, seguida pela banana, palmito e arroz. (**quadro 2**).

Produção econômica	Kg
CHÁ	7.000.000
ARROZ	800.000
PALMITO	2.400.000
BANANA	(cachos) 3.000.000

**Quadro 2** - Produção econômica do Município de Registro, 1970. Fonte: Adaptado do Jornal Folha da Baixada, 1970.

É nesse contexto que o Vale do Ribeira, mais especificamente o município de Registro, ganha destaque no cenário nacional e internacional: a teicultura projeta essa região (PETRONE, 1966).

## CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS JAPONESES E DA TEICULTURA

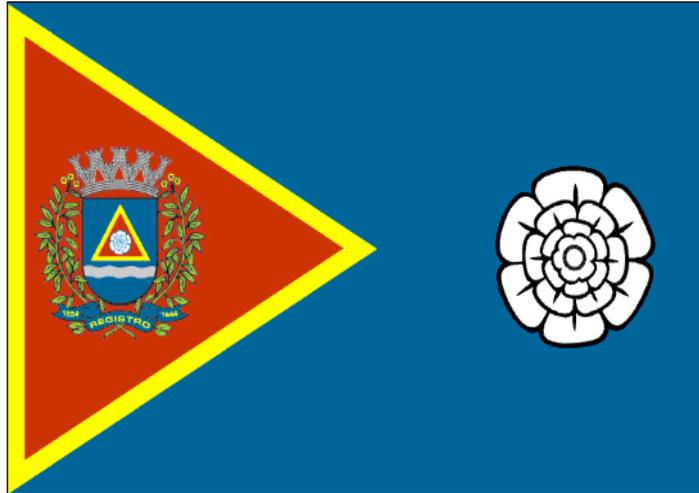
A teicultura, responsável pela economia desenvolvida na região, foi também responsável pela formação da paisagem, carregada de significados simbólicos.

Os processos econômicos, bem como políticos e sociais não são excluídos dessa paisagem, pois são a partir dessas dinâmicas que se imprimem simbologias à paisagem.

Dessa forma, pode-se dizer que todas as atividades humanas expressas numa paisagem, são resultante direto dos sentidos da percepção humana, que no caso da colônia japonesa, criou um território à luz das experiências já vividas no país de origem.

O Vale do Ribeira representou nesse processo de imigração, uma escolha que considerou os elementos naturais da terra de origem (Japão), como referência para a escolha dos elementos naturais localizados na terra de chegada (Brasil). Os elementos naturais semelhantes se caracterizavam pelos solos de várzea, (PETRONE, 1966) condição que favorecia o cultivo do arroz, já conhecida pelos japoneses.

A colonização estabelecida na região de Registro fortaleceu a propriedade e a identidade, definindo os símbolos de seu poder político-territorial. A bandeira do município estampa a flor do chá como um de seus símbolos representativos (**figura 8**).



**Figura 8** - Bandeira do município de Registro (SP). Fonte: Prefeitura Municipal de Registro (site oficial).

## MEMÓRIAS DA COLÔNIA JAPONESA

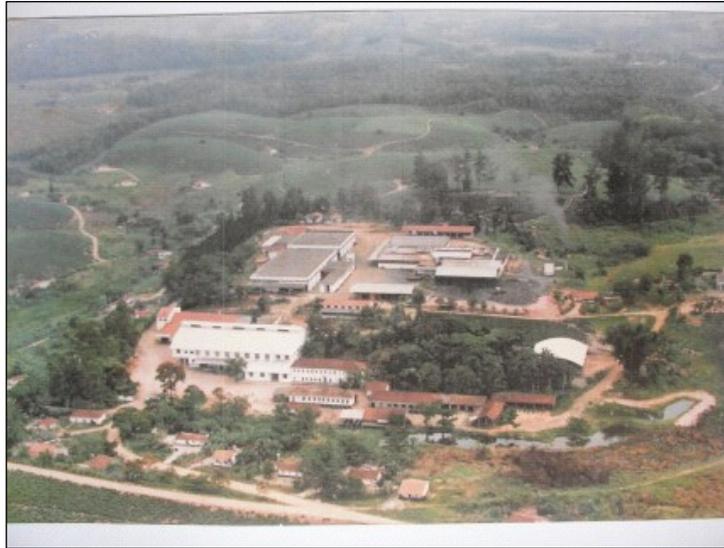
Uma breve história, contada em conversas por alguns descendentes de japoneses de Registro nos mostra a representatividade da teicultura na vida e na cultura desse povo. O universo da entrevista privilegiou oito famílias, consideradas pioneiras na agricultura do município de Registro; as quais, concederam permissão para publicar seus relatos para fins de pesquisa acadêmica:

**Família Kameyama:** Representada pelo Sr. Jorge Kameyama que atualmente está com 76 anos de idade, e é filho de imigrantes, foi ex-produtor e empresário da fábrica de chá “Agrochá”, fechada no ano 2000. Trabalhou com a teicultura desde sua infância, quando ainda ajudava seu pai. Até o presente momento, continua morando junto com sua esposa na zona rural, numa área de 363 hectares localizada no bairro Agrochá, próximo às instalações da antiga fábrica (**figura 9**).

Ele nos conta que as terras foram compradas em 1930, mas chegaram ao Brasil dois anos antes, e estavam na zona cafeeira do interior de São Paulo. Foram para Registro por intermédio de um japonês, da mesma província do Japão, que conseguiu arrendar terras para os pais do Sr. Kameyama. Sempre trabalhou no meio agrícola, iniciou com o plantio do arroz, posteriormente veio o café e por fim o chá, que foi a cultura que mais perdurou, chegando a quase 70 anos. Dizia que nos anos de 1934, o Sr. Torazo Okamoto (pioneiro do chá) incentivava o cultivo, chegava a fornecer equipamentos para colher o chá.

A partir de 1942 é construída a fábrica de chá, mas ainda era de pequeno porte e não beneficiava; ela foi aberta na mesma época das outras fabriquetas de Registro, que

chegaram a somar 45. Só em 1955 a fábrica passa por uma expansão e modernização, e com isso inicia-se o beneficiamento do chá.



**Figura 9** - Residência do Sr. Kameyama, próximo das instalações da fábrica. Foto cedida pelo Sr. Kameyama

O Sr. Kameyama fala a respeito da organização da produção no início do cultivo do chá. Diz que nessa época o beneficiamento era todo manual, primeiramente separavam as folhas, entre fino e grosso, depois moía a mão as folhas em cima de uma chapa quente para murchar; posteriormente colocava para secar. Antes de construir a fábrica, o chá era encaminhado para a fábrica “Chá Ribeira” (Okamoto) que possuía máquinas importadas do Japão, feitas de bronze, que depois passaram a ser construídas de madeira.

A fábrica “Agrochá” chegou a exportar chá durante a década de 1980; os países de destino eram o Chile, a Inglaterra (chegava a importar quase 60%), os EUA, e a Holanda. O mercado interno respondia por apenas 5%, que eram encaminhados para a empresa “Mate Leão”, atual “Coca Cola”.

A “Agrochá” foi uma empresa que cresceu bastante, chegou a contar com 110 funcionários, em torno de 50 famílias empregadas, afirmou o Sr. Kameyama. Atualmente só restaram as instalações da antiga fábrica e a casa que morava nos tempos da vinda ao Brasil. O chazal, na grande maioria, está abandonado, há uma pequena área arrendada, e o Sr. Kameyama vive desses arrendamentos e da aposentadoria.

**Família Yamamoto:** Conversamos com o Sr. Dário Yamamoto, filho de imigrantes japoneses, residente no município de Registro e proprietário da fábrica “Yamatea” e da antiga “Chabrás”. Ele nos conta um pouco da história do chá vivida pela sua

família em Registro. Seu avô iniciou as atividades com o chá durante a década de 1930, começando a difusão pela região durante essa década, e que alguns anos depois, chegou a ter 42 fabriquetas operando na zona rural; dentre essas estava à fábrica de chá “Amazonas”, do Sr. Yamamoto.

O Sr. Dário conta que em 1958 seu pai vendia o chá em Santos (SP) para a *Stands Brands (Royal Brands)*, e nessa ocasião ele conheceu um norte-americano, representante da empresa, que simpatizou com ele e assim, sem ainda ter formado sociedade, enviou dos EUA maquinários agrícolas. Quando seu pai tomou conhecimento, ficou impressionado, acabou assinando contrato sem mesmo ter lido as cláusulas. Como ele não tinha capital e os americanos já tinham comprado às máquinas, a condição foi de trabalhar muito, era um turno de 14 a 16 horas por dia; tudo isso para crescer a produção e capacitação de produtores, para entregar o chá na nova empresa, que surgira dessa fusão de capitais, a “Chabrás”.

A “Chabrás” revolucionou a atividade, com a entrada de maquinários modernos, e melhoraram as condições para o produtor rural. A difusão do chá, a nível nacional e mundial, deveu-se a esse primeiro impulso, por meio da fusão de capitais, durante a década de 1960, e a partir daí o Brasil passou a ganhar destaque como fabricante de chá; bem como a cidade de Registro, pois era uma cultura produzida exclusivamente por japoneses.

**Sr. Rubens Takeshi Shimizu:** Afirmou que o chá foi parte de seu contexto de vida. Foi criado com o chá, era uma cultura do sustento que permitiu pagar seus estudos. Contou que ficou feliz quando as primeiras mudas de chá trazidas para o Brasil por Torazo Okamoto foram tombadas como patrimônio paisagístico em 2010; pois, fez parte da equipe que promoveu a eleição para a escolha.

**Sr. Mário Shimada:** Na sua visão, o chá foi toda sua conquista financeira. Não fosse por essa atividade agrícola, não teria adquirido muitos bens.

**Sr. Milton Maruyama:** Ele nos contou que o chá é uma herança de família, são mais de 60 anos nesse ramo, desde os tempos dos seus avós.

**Sr. Vitorino Katsumi Oyama:** “o chá foi um ganha-pão”. Principal sustento e renda da família, foram mais de 40 anos colhendo chá. Muitas de suas conquistas foram adquiridas com a produção de chá.

**Sr. Bento Oyama:** Afirmou que o chá foi a maior atividade econômica da cidade, aprendeu muitas técnicas que permitiu a utilização em outras culturas agrícolas.

**Sr. Kazuki Nishiashitani:** Com poucas palavras, ele sintetizou a importância do chá dizendo que foi um meio de vida que sustentou várias gerações de sua família.

A partir de diferentes relatos percebemos que a cultura do chá assumiu o principal posto da economia desses descendentes; para alguns ainda continua sendo um meio de sobrevivência e, para outros, apenas lembranças de um passado de bom retorno financeiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela memória de seus descendentes, foi possível registrar as passagens dos japoneses em Registro, focando a economia gerada pela teicultura que esteve, e ainda está, presente na vida dessas pessoas.

A colonização japonesa, no município de Registro, remonta a uma modalidade de povoamento, até então inédita no Brasil, por esse tipo de etnia. A organização familiar e de trabalho se deu, inicialmente, sob as características orientais; por isso, foi escolhida uma área que tivesse maior afinidade com essas qualificações. As diferentes culturas introduzidas, como o arroz e o café, não tiveram sucesso. Foi então que entrou a teicultura que, trazida pelo imigrante japonês, soou como a última esperança de investimento na agricultura, depois de tantos fracassos.

Pode-se dizer que a teicultura foi responsável pelo estabelecimento do imigrante japonês em terras brasileiras; iniciada na década de 1930 teve seu auge nos final dos anos 1970; sendo uma expressão da economia local e regional. Além do mais, representa, especialmente, uma atividade econômica marcada pelo trabalho do imigrante japonês.

Atualmente, somam-se mais de 80 anos do cultivo do chá no município de Registro, tendo iniciado em meados de 1930, logo após a derrocada do café. Os descendentes de japoneses sempre estiveram à frente dos processos produtivos de chá, havendo sucessão por gerações e configurando-se num aspecto cultural. Dessa forma, buscaram-se, entre os entrevistados, lembranças que levassem a reconstruir o passado e o presente do chá como representação dos aspectos sociais e culturais.

## REFERÊNCIAS

- ÁLBUM **Colônia Iguape 1913-1933**. Sapporo: Nakanishi Shashin Seihan Insatsu jô, 1933.
- CLAVAL, Paul. **A Geografia cultural: o estado da arte**. Florianópolis: UFSC, 1995.
- COELHO, Sérgio. Aventuras na Selva do Brasil. *In*: O Japão plantado no Brasil. **Globo Rural Especial**, Rio de Janeiro, Globo, n. 2, mar. 1988.
- JORNAL "FOLHA DA BAIXADA". **A produção agrícola do município de Registro**. Registro-SP, p. 4, 26 nov. 1970.

FORTES, Roberto. (blog de) **Japoneses em trabalho na colônia de Iguape**. Disponível em: <<http://robertofortes.fotoblog.uol.com.br/photo20070206212023.html>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

GOLÇALVEZ, Rogério Bessa. O sincretismo de culturas sob a ótica da arquitetura vernácula do imigrante japonês na cidade de Registro, São Paulo. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 16, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142008000100002&script=sci\\_arttext#top3](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142008000100002&script=sci_arttext#top3)> Acesso em: 10 dez. 2011.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês**: História de sua vida no Brasil. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

IBGE **Mapas das divisões regionais do Brasil**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/default\\_prod.shtm#TOPO](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/default_prod.shtm#TOPO)>. Acesso em 25 set. 2009.

MONBEIG, Pierre. **Ensaio de geografia humana brasileira**. São Paulo: Martins, 1940.

MONBEIG, Pierre. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo: Difel, 1957.

PENNA, Affonso Augusto Moreira. (blog de) Disponível em: <<http://projetoicjapao.blogspot.com/2011/10/confira-algumas-citacoes-sobre.html>> Acesso em: 12 dez. 2011.

PETRONE, Pasquale. **A Baixada do Ribeira**: estudo de geografia humana. São Paulo: FFLCH/USP, 1966.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO. **Bandeira de Registro**. Disponível em: <<http://www.registro.sp.gov.br>> Acesso em: 07 nov. 2009.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada – 1908-1941. *In*: Encontro Nacional da ANPOCS. 22. Caxambu, 1998: **Anais...**, p. 1-21, 1998.

SAUER, Carl O. A Morfologia da Paisagem. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 12-75.

SERVIÇO NACIONAL DE DIVULGAÇÃO CULTURAL BRASILEIRO (SNDCEB/CPC). **História da imigração no Brasil**: as famílias. 7 ed. São Paulo: SNDCEB/CPC, 1986.

TSUKAMOTO, Ruth Youko. **A teicultura no Brasil**: subordinação e dependência. 1994. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO:

AOKI, Alessandro; LIMA, Maria das Graças de. Os japoneses e a teicultura no município de Registro: a paisagem como resultado de um processo migratório. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 129-150, maio/ago. 2011.  
URL: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>>

#### EDITOR DE SEÇÃO:

Rosely Sampaio Archela

**TRAMITAÇÃO DO ARTIGO:**

✓ Recebido em 18/01/2011

✓ Aceito para publicação em 06/01/2012